da entidade que as promoveu, e outros documentos comprovativos das situações invocadas pelos candidatos e susceptíveis de influírem na avaliação ou que constituam motivo de preferência legal;

- g) Fotocópias completas das fichas de notação reportadas aos últimos três anos de serviço classificados.

13.4 — Os candidatos do GEPI estão dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c), f) e g) do número anterior, desde que os mesmos se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais e desse facto façam menção no próprio requerimento.

13.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

13.6 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

14 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciado José Carlos de Lucena Sampaio e Sanches, director de serviços.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Célia Maria Catarino Correia Martins, assessora.
- 2.º Licenciada Sandra Marina Gomes Faria Lacerda, técnica superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

- 1.º Anabela de Oliveira Simões Martins, técnica de 1.ª classe.
- 2.º Maria Amélia Baleizão dos Reis, chefe de secção.

16 de Maio de 2005. — A Directora, *Nelza Vargas Florêncio*.

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Despacho n.º 11 933/2005 (2.ª série). — No uso da delegação de competências que me é conferida pelo despacho n.º 21/MEAI/2005, de 5 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, e nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Custódio das Neves Lopes Ramos para exercer as funções de chefe do meu Gabinete de Apoio Pessoal, com a remuneração equivalente à de assessor, nos termos do n.º 1.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, com respeito pelo limite de um terço daquele vencimento, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio.

O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Maio de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas — artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro.)

10 de Maio de 2005. — O Governador Civil, *Filipe Neto Brandão*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Rectificação n.º 924/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 3252/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 30 de Março de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa por naturalização, rectifica-se que onde se lê «15 de Fevereiro de 1970» deve ler-se «18 de Fevereiro de 1970».

7 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Rectificação n.º 925/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 3378/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Antonietta Martinho Ferreira Neto» deve ler-se «Antonietta Martins Ferreira Neto».

7 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 11 934/2005 (2.ª série). — É dado por findo o destacamento da auxiliar administrativa Teresa Vieira Matos Branco Estrela do quadro do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeada nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decre-

to-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para exercer funções de apoio no meu Gabinete desde 14 de Março de 2005.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Maio de 2005.

17 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 935/2005 (2.ª série). — Tendo sido nomeados pelo despacho n.º 14 343/2004 (2.ª série), de 20 de Julho, os vogais do conselho fiscal do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, em representação da produção e do comércio, urge nomear o seu presidente, cuja competência cabe, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 278/2003, de 6 de Novembro, ao Ministro das Finanças.

Nesta conformidade, nomeio presidente do conselho fiscal do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto o revisor oficial de contas António Rodrigues Jesus.

6 de Maio de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 11 936/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com os artigos 35.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego na chefe do meu Gabinete, licenciada Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente, os poderes para a prática dos seguintes actos, no âmbito do meu Gabinete:

- a) Autorizar as deslocações em serviço ao estrangeiro e no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das respectivas despesas com deslocação e estada e o abono das correspondentes ajudas de custo, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 192/95, de 28 de Julho, e 106/98, de 24 de Abril;
- b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário e de trabalho em dias de descanso semanal, descanso complementar e em feriados, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- c) Aprovar o mapa de férias, dar anuência à acumulação das mesmas por conveniência de serviço e justificar e injustificar faltas, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
- d) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do artigo 29.º do diploma invocado na alínea anterior;
- e) Autorizar a inscrição, participação e correspondentes encargos em congressos, seminários, estágios, reuniões, colóquios, cursos de formação e noutras acções da mesma natureza, quer decorram em território nacional quer no estrangeiro;
- f) Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite estabelecido para os titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- g) Autorizar a constituição e reconstituição de fundo de maneiio, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 16 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados os actos praticados até à presente data no âmbito dos poderes acima delegados.

3 — Nas suas ausências ou impedimentos, a chefe do Gabinete será substituída pela adjunta do Gabinete, licenciada Ana Cristina de Menezes Pereira Paes Sequeira Rodrigues.

13 de Maio de 2005. — A Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote*.